



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

PORTO ALEGRE, RS, 6 DE FEVEREIRO DE 1997

Senhor Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Dr. Antonio Britto; Senhor Presidente da Associação Mundial de Jornais, Senhor Jaime Sirotsky; Senhores Presidentes de entidades jornalísticas que participam deste encontro; Senhores Empresários; Senhoras e Senhores Jornalistas; Senhoras e Senhores,

É-me extremamente grato poder estar aqui, ao lado do Dr. Jayme Sirotsky e do Governador Britto, neste momento de encontro das associações de proprietários de jornais e de jornalistas de todo o mundo.

O Dr. Sirotsky teve a gentileza de reproduzir algumas frases ditas por mim, em oportunidades diversas, sobre a questão da liberdade de imprensa e da liberdade em geral.

Permitam-me, ao felicita-los, dizer-lhes que o Brasil recebe, com muita satisfação, os que são de fora e, naturalmente, aqueles que aqui labutam, porque é um momento importante de transformações pelo qual a nossa sociedade passa.

Ao reafirmarmos, portanto, a nossa alegria em recebê-los, eu me permitiria, sem estender-me demasiado, avançar um pouco mais nas

reflexões que foram aqui mencionadas a respeito da democracia, da liberdade e da imprensa.

Muitos dos senhores vêm de países que já têm uma larga tradição democrática. Talvez nem todos. É o caso do nosso próprio Brasil, em que a democracia, por vezes, foi interrompida, não obstante ser este um país que – isso pode parecer paradoxal – tem uma larga tradição de Parlamento aberto, uma das mais largas do mundo.

Os nossos regimes, mesmo os autoritários, só por breves períodos tiveram a ousadia de fechar os Parlamentos, desde 1823. Portanto, já são mais de 150 anos. E, talvez, no cômputo de Parlamento fechado, não se chegue a dez anos.

É, portanto, de reconhecer que dispomos de uma certa experiência da vida em liberdade. Mas a vida em liberdade não pode ser tomada, apenas, no aspecto institucional, da existência de um Parlamento, de eleições – sem os quais, certamente, não haverá liberdade nem democracia –, mas ela supõe mais que isso.

E é nesse aspecto que creio que nós, hoje, compartilhamos de uma experiência que ultrapassa as nossas fronteiras. Por um lado, como especificidade de países como o Brasil, que ainda estão em fase de desenvolvimento e, portanto, que ainda abrigam muita desigualdade. A democracia nos nossos países, quando comparada com sua congênere nos países já desenvolvidos, onde as sociedades são menos desiguais, requer mais imediata política que complementa a liberdade com a ação direta sobre o emprego, sobre a saúde, sobre a educação, sobre o acesso à terra. E, portanto, nesse aspecto, há uma urgência dos problemas que tornam a democracia, talvez, mais agônica que nos países que a têm há mais tempo, em sociedades já mais prósperas.

Por outro lado, nós, aqui, também sofremos um processo de transformação, esse que atinge de modo praticamente universal as democracias ocidentais e aquelas democracias que mantiveram a tradição ocidental, ou assimilaram a tradição ocidental.

A que me refiro? Refiro-me ao fato de que, nas sociedades contemporâneas, quando se amplia o consumo de massas, quando se ampliam as demandas, quando se generaliza a educação, quando, portanto, as

expectativas crescem e as questões que são postas à discussão se multiplicam, numa complexidade imensa, o mecanismo habitual, das instituições democráticas, se não vier acompanhado de um forte mecanismo de difusão de informações e, portanto, de imprensa e de mídia em geral, é insuficiente para processar as demandas da sociedade.

Por isso eu disse que democracia e liberdade de imprensa vêm juntas. E vêm mais fortemente juntas nos dias de hoje do que no passado. Porque, nos dias de hoje, as demandas se generalizam. Há uma fragmentação das expectativas, e as questões são muito mais individualizadas. E é muito difícil processar tudo isso apenas em função dos partidos políticos e do Congresso. Quero ser bem compreendido: sem os partidos políticos e sem o Congresso não há democracia.

Mas, dada essa pluralidade de demandas e as especificidades das questões que estão postas, é preciso que, ao mesmo tempo, existam mecanismos na sociedade que transformem essas demandas em questões que se apresentam de forma a serem resolvidas no nível do poder público. E aí o papel da imprensa é decisivo.

No mundo moderno, as organizações não-governamentais ganham força crescente. Mas de que valeriam as organizações não-governamentais, se elas ficassem perdidas nessa multidão de demandas, de questões isoladas? E se elas não se transformassem, também, em parte do processo decisório, na medida em que a imprensa transforma essas demandas em questões – aí, sim – políticas e traz ao conhecimento do poder público uma enorme quantidade de questões que, nos canais estritamente político-partidários, talvez não tivessem curso e não pudessem ser processadas.

Então, o papel e a responsabilidade da imprensa, na construção da democracia, aumentam enormemente. Isso não diminui o papel dos partidos nem do Parlamento. Por quê? Porque, exatamente, se é típico da sociedade contemporânea, a sociedade de massas, a fragmentação das questões, é própria dos partidos a transformação desse conjunto diversificado de questões em algo que possa ser pensado como um conceito global. E o partido há de exprimir uma visão global a respeito de como resolver essas questões.

Cabe ao partido, precisamente, transformar o que parece fragmentado numa visão do mundo. Quando os partidos não são capazes disso, ou quando o poder público falece na sua capacidade de ter um conceito do movimento da sociedade, aí, sim, é que apenas essa multiplicidade de demandas pode ser, até mesmo, arriscada, do ponto de vista da democracia, porque poderá dar a impressão de que partidos, Parlamento e poder democrático eleito não sejam suficientes e, talvez – aí seria trágico – nem necessários para que as demandas se processem.

Entretanto, na visão verdadeiramente democrática do mundo contemporâneo, há que buscar a convergência. Há que, ao mesmo tempo, fortalecer o partido, na medida em que o partido tenha essa visão totalizadora, que ele entenda o conjunto e proponha uma solução para o conjunto, e a dinâmica diversificada da sociedade, que se espalha em múltiplas questões e que a cada instante é uma questão nova, e todas elas são refletidas pela imprensa.

Nós vivemos numa outra época, distinta da época da formação clássica da democracia representativa. E se nós não tivermos muita consciência desses processos, corremos o risco ou de nos estiolarmos numa visão que já não é abrangente do que ocorre no mundo de hoje, ou, pelo contrário, de nos precipitarmos na fragmentação das questões e diminuirmos a importância dos partidos e do Parlamento e erraremos outra vez, aí, mais gravemente ainda.

Cabe ao poder público entender esse processo. Nas sociedades em que nós vivemos cabe, sobretudo, às figuras que são diretamente eleitas pelo povo – o prefeito, o governador, o presidente – ter a sensibilidade de auscultar esse conjunto de demandas e de, em vez de lançar-se num diálogo direto com elas, estabelecer um diálogo com o Parlamento, mas fazer com que o Parlamento, também, se abra a esse conjunto de demandas e, portanto, que a sociedade tenha um peso grande no processo decisório, mesmo quando esse peso ainda não foi incorporado plenamente pelo sistema partidário.

Cabe, portanto, uma função também nova, de arbitragem, e essa arbitragem também é perigosa se a pessoa que a pratica não tem uma profunda consciência democrática e não sabe, também, dos seus limi-

tes, e que o seu limite há de ser, sempre, o respeito à lei, à Constituição, ao Parlamento, à diversidade das opiniões, à opinião alheia. E cabe àquele que tem, eventual e momentaneamente, a função de comando político harmonizar esse conjunto divergente de interesses.

Nada disso será feito com propriedade se não houver uma imprensa crítica, ativa e que, em certos momentos, mesmo que nos doa, aos que ocupamos funções públicas, faça até as vezes de uma oposição, quando a oposição não existe, levante temas que no plano político não estão ainda colocados e seja um fator irritante. Mas é uma irritação necessária na democracia.

E aqueles que exercem as posições de poder têm que ter a humildade de entender que, sem essa função “irritante” da imprensa, nós poderíamos correr o risco de não perceber a fragilidade de nós próprios.

Há, portanto, uma tarefa, hoje, que é central na consolidação da democracia e que depende da imprensa. Fazem-se, muitas vezes, alusões ao quarto poder, num sentido pejorativo. Pois, para mim, não se trata disso, não se trata, propriamente, de um poder. Trata-se de outra coisa, trata-se do cimento que vai permitir a união entre a vontade popular e as formas organizadas de poder.

Quando a imprensa, também, com humildade – como têm que ter humildade o presidente ou o governador – entende o seu papel e assume, mesmo, a sua função “irritante”, mas não fica prepotente, não *pré-julga*, não julga antes de os processos ocorrerem, ela tem um papel essencial de fortalecimento da democracia. Quando não o faz, a imprensa incorre nos mesmos riscos em que incorrem os governantes que não têm a humildade para saber, no momento em que estão atuando, que a sua função é delegada, não lhes é peculiar como pessoas, ou daqueles que podem menosprezar os partidos e o Congresso, ou quando o Congresso e os partidos pensam que eles, *sozinhos*, podem deliberar tudo.

Nós somos, todos, responsáveis pela democracia. E não pode haver responsabilidade de desafio maior do que esse de nós entendermos as nossas respectivas funções e, sem perdermos aquilo que é próprio de cada um de nós, nessas várias esferas decisórias, sem nos descaracterizarmos, sermos capazes de uma convivência harmônica. Harmônica

não quer dizer estar de acordo, quer dizer estar disposto a ouvir o argumento do outro. E, quando for o caso, ceder, pelo argumento. Muitas vezes, mesmo que não seja só pelo argumento, mas pela compreensão do momento e da necessidade de esperar um pouco para dar outro passo adiante. E aí a construção da democracia é mesmo uma construção, é mesmo uma aventura, é mesmo um desafio, tem mais de arte que de ciência. E tem que ser feita com alguma dose de intuição e com alguma dose, até, diria, divinatória.

Para terminar, porque não quero cansá-los com reflexões que são quase acadêmicas, eu diria que, se estão os senhores hoje, aqui, neste momento do Brasil, neste momento de reconstrução deste país, os senhores nos dão ânimo. E o que virem no País, o que puderem criticar, sob condição de que seja dentro do contexto que desenhei aqui, de uma verdadeira missão, *beruf* se diz em alemão, com vocação democrática, se for assim, a crítica é bem-vinda. Se for só uma “irritação”, é compreensível, sob condição de que seja – como tenho certeza de que será sempre – *bona fide*, de boa-fé. Nada substitui, na vida, a sinceridade. Nada substitui, na vida, a boa-fé.

Como estou falando com pessoas de boa-fé, como conheço o Jayme Sirotsky, como conheço muitos dos senhores aqui, tenho certeza de que a presença dos senhores, sobretudo aqui, em Porto Alegre, esta cidade tão nervosa, tão dinâmica, é uma presença que vai nos dar mais alento na construção e no fortalecimento da democracia, da liberdade e da nossa imprensa.

Muito obrigado aos senhores.